

## PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS DO IMPÉRIO E DA PRIMEIRA REPÚBLICA SOBRE OS SERTÕES DA BAHIA

### PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS DEL IMPÉRIO Y DE LA REPÚBLICA PRIMERA SOBRE LOS SERTONES DE LA BAHIA

**Erivaldo Fagundes Neves**

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)/ erivaldo@uefs.br

#### **Resumo:**

O artigo discute a historiografia brasileira produzida no século XIX e nas primeiras décadas da República, com ênfase nos estudos sobre os sertões da Bahia. Aponta-se as questões centrais que permearam a abordagem de autores clássicos sobre a formação do Estado nacional, bem como os métodos investigativos coerentes com as concepções de História e de Memória dos coevos.

**Palavras-chave:** Bahia. Historiografia brasileira. Sertões.

#### **Resumen:**

El artículo aborda la historiografía brasileña producida en el siglo XIX y en las primeras décadas de la República, con énfasis en los estudios sobre los “sertões” de Bahía. Apunta-se las cuestiones centrales que impregnaron el enfoque de los autores clásicos de la formación del Estado nacional, así como los métodos de investigación en consonancia con los conceptos de Historia y de Memoria de los contemporáneos.

**Palabras clave:** Bahía. Historiografía brasileña. Sertões.

As tentativas, durante o período colonial, de se produzirem uma história da América portuguesa, pouco ultrapassaram os limites metodológicos da crônica memorialista, se é que o conseguiram. As concepções mais amplas formularam conceitos de caráter pessoal, referenciaram-se em fatos das épocas em que se escreviam e fundamentaram-se em ideias

contemporâneas da escrita. Estas limitações evidenciam-se até em obras dos períodos de apogeu, crise e ruína do sistema colonial, entre as quais a do jesuíta João Antônio Andreoni que se identificou como André João Antonil (1711),<sup>i</sup> e a de Sebastião da Rocha Pita (1730)<sup>ii</sup> podem exemplificar, e em estudos da transição para o Estado Nacional, como os do bispo José Joaquim de Azeredo Coutinho (1804, 1808, 1814)<sup>iii</sup> e de Manuel Aires de Casal (1816)<sup>iv</sup>.

Enquanto se formava e se consolidava o Estado Nacional no Brasil, envidaram-se esforços para se desenvolver métodos de elaboração de uma história brasileira sistematizada, que explicasse as suas origens e definisse a nação numa perspectiva de civilização e progresso, como extensão histórico-cultural da Europa. Na ausência de curso universitário específico, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB<sup>v</sup> e seus congêneres regionais<sup>vi</sup> assumiram essa tarefa, inicialmente com a difusão do modelo corográfico, exercitado desde a fase final da colonização, que consistia na associação da narrativa histórica com a descrição paisagística. Com esse arquétipo elaborava-se uma história apologética e exemplar, que não distinguia o passado do presente e oferecia ao futuro as experiências paradigmáticas da humanidade. Nesta perspectiva se produziram, em todas as províncias do Império, monografias municipais e regionais, compiladas na concepção da história do Brasil como somatório de estudos setoriais e localizados. O mais expressivo exemplo, na Bahia, produto dessa matriz metodológica, com enfoque regional encontra-se na memória histórico-descritiva do coronel Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva (1835-1852);<sup>vii</sup> e de abordagem espacial mais restrita, nas crônicas históricas do primeiro presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.<sup>viii</sup>

Do ponto de vista historiográfico, o século XIX se estendeu no Brasil, e de modo mais incisivo na Bahia, pelas três primeiras décadas do seguinte, se considerar-se que os métodos de investigação utilizados e as perspectivas teóricas exercitadas não se modificaram, do mesmo modo que a ordem socioeconômica. Os intelectuais de final do século XIX e início do XX, com diferentes níveis de convicção e de capacidade argumentativa, concebiam a história oposta à memória, representativa da idealização do passado, que legitimaria o presente e o futuro; recorriam dogmaticamente às provas documentais para autenticar apoteóticas narrativas, em geral de usos e costumes exemplares e ufanar de feitos heroicos e atos de bravura. Durante o Segundo Reinado, escrevia-se a memória histórica da jovem nação, com liberdade de expressão. O advento do debate republicano incorporou o estilo orientado pela concepção do conhecimento embasado em dados e fatos adquiridos na experiência, que

apresentava os registros documentais como critério da verdade. Essa orientação prevaleceu até final da Primeira República, embora alguns renitentes, particularmente na Bahia, ultrapassassem esse limite temporal.

A percepção clássica da história, de posicionamento etnocêntrico, interessada pela cultura e saber, predominante na Europa entre o Renascimento e o Iluminismo, prevaleceu no pensar e no escrever da história no Brasil, até meados do século XIX. Somente na segunda metade dessa centúria desenvolveram-se entre historiadores baianos, preocupações teóricas, metodológicas, estilísticas e ideológicas, inspiradas em Jules Michelet (1798-1874), que concebeu uma história da modernidade fundamentada na ruptura, em postulados revolucionários opostos aos encadeamentos e continuidades até então praticado; Ernest Renan (1823-1892), que negara o sobrenatural e para quem, só a ciência permitiria conhecer a verdade, sob o impulso de sua própria necessidade, o universo material seguiria para o seu fim, que seria a realização do ideal; e, principalmente, em Hyppolite Taine (1828-1893), que se dedicou aos estudos estéticos e, fundamentado em critérios que condicionavam uns fenômenos do conhecimento a outros, que todos os sentimentos e ideias originavam-se de leis, ressaltou três fatores preponderantes na produção literária, artística e, por conseguinte, historiográfica: raça (disposição hereditária), meio (clima e organização social) e momento (acontecimentos históricos).<sup>ix</sup>

A historiografia brasileira da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX recebeu marcantes influências nos direcionamentos teóricos e metodológicos, de Karl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868), Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e João Capistrano de Abreu (1853- 1927). O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro promoveu, em 1840, o concurso “Como se deve escrever a História do Brasil”, vencido por von Martius (1845).<sup>x</sup> Esse naturalista bávaro apresentou um modelo de análise historiográfica antropocêntrico, que atribuiu às três etnias fundamentais da formação social brasileira, precedência e centralidade históricas. O programa de Martius teria o mérito da “prioridade de algumas ideias” e da “perspectiva ampla” de etnias e culturas, de situar a formação histórica do Brasil além das suas fronteiras geográficas, inseridas no contexto europeu e mundial. Numa época em que predominava uma visão local dos fenômenos, Martius propôs a produção de uma história nacional interpretada no contexto global e uma história regional que englobasse as superfícies com características semelhantes, numa abordagem conjunta das “porções do país que, por analogia de sua natureza física”, pertencessem umas às outras

(CANABRAVA, 2005, p. 245-270). Surgiu, portanto, desse concurso monográfico, em contornos estilísticos germânicos, a mais abrangente, original e bem fundamentada proposta metodológica elaborada até então, para se escrever a história do Brasil.

Ressalte-se que a tendência etnocêntrica do pensamento social sempre considerou categorias, normas e valores do grupo social do autor ou da sua cultura, parâmetros aplicáveis a qualquer agrupamento humano e a toda a sociedade, independente de outros eventuais fatores intervenientes. Varnhagen (1981), um dos precursores da historiografia brasileira, sem aludir a Martius nem ao seu modelo de escrita da história nacional, o adotou, associado a recursos narrativos do passado, numa perspectiva social estática e harmônica, concepções empíricas, estritas bases documentais e pouco exercício de interpretação. Em consequência, este arquétipo metodológico consolidou-se como paradigmático da história do Brasil, sem que se lhe questionassem nem apresentassem alternativas capazes de criar outras tradições historiográficas. Varnhagen tomou como modelo teórico e metodológico das suas pesquisas a “exegese documental” de Leopold von Ranke (1795-1886), um dos fundadores da história científica na Alemanha e do historicismo, que debilitou os fundamentos do cientificismo na história, com a ideia de que “todo conhecimento objetivo do passado só se realiza através da experiência subjetiva daquele que o estuda”. Esta metodologia “propôs desvendar a intervenção do historiador na triagem e na organização dos fatos”<sup>xi</sup> (Alexandre Herculano, um rankiano luso, também influenciou a obra de Varnhagen, até mais diretamente, na convivência acadêmica compartilhada em Portugal).

Capistrano de Abreu procurara sincronizar-se com a evolução do pensamento histórico. Entretanto, não conseguiu aplicar os novos conceitos e recursos da pesquisa na dimensão que talvez desejasse, por não se desvencilhar dos postulados de produção do conhecimento fundamentados na experiência e nos registros documentais como parâmetros da verdade. Abreu procurara, com apoio da geografia, uma linha interpretativa do passado humano. As diretrizes de penetração de correntes povoadoras nos sertões foram analisadas em estreita vinculação com as condições do meio natural (LAPA, 1976, p. 69-70). Diferente da narrativa de Varnhagen, Abreu procurou apresentar um “quadro da vida cotidiana dos homens”, a “labuta do seu dia-a-dia”, os “modos ordinários de viver”, os “elementos da cultura material.”<sup>xii</sup>

Durante o Império e a Primeira República, produziram-se mais crônicas históricas e memórias histórico-descritivas na Bahia, que propriamente historiografia capaz de avaliar as

ações humanas nas suas circunstâncias de tempo e lugar. Em meados do século XIX, o coronel Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva (1808-1865) produziu um estudo em seis volumes, posteriormente anotado por Brás do Amaral (1861-1949).<sup>xiii</sup> Em estilo narrativo, autor e anotador descreveram acontecimentos e transcreveram documentos, sem muito esforço de interpretação nem de contextualização histórica dos fenômenos narrados, numa publicação com deficiências de planejamento gráfico e de impressão. Discorreu, inicialmente, sobre o descobrimento da América, fundação da capitania da Bahia e as gestões dos 11 primeiros governadores do Brasil, temas seguidos de extensas séries de notas e reprodução de documentos. Como se pretendesse justificar, em uma das notas Braz do Amaral atribuiu o comportamento despótico e a sanha assassina de bandeirantes e sertanistas, à guerra de conquista, que perverteria os homens como uma “escola de crimes”, que despojava donos ou possuidores das suas terras, explorava a escravidão e sujeitava populações nativas. Cerqueira e Silva sumariaram as ações administrativas de governadores e vice-reis, de 1622 à independência, os preparativos e o desenrolar da guerra contra os portugueses.

Pouco há nessa obra sobre os sertões, apenas aligeiradas informações, como uma sobre a descoberta de minérios em Caetitê, cujas pedras, o mineralogista Manoel Ferreira Câmara examinou, no seu Engenho da Ponta (foz do Paraguaçu), em 1830, e as identificou como ametistas e cristais de rocha. Na sua análise Ferreira Câmara acrescentou que as ametistas eram comercializadas como pedras preciosas, embora pertencessem ao mesmo gênero dos cristais de rocha que, por muito vulgares, produzidas em abundância em Goiás, ter-lhes-iam em menor conta. Apesar de iguais em dureza e brilho, faltava-lhes somente a cor. Ressaltou nas amostras três méritos mineralógicos: uma pedra cor de berilo, outra, de topázio e a terceira, semelhante ao “opalo”.

Um volume inteiro foi dedicado à história eclesiástica, com indicação de circunscrições, ordens religiosas e hospitais. Dá conta, inclusive, das rendas de cada freguesia e de algumas delas, dados das respectivas instituições e da edificação de templos. Do mesmo modo ele procedeu em relação a algumas missões catequéticas indígenas. No último volume descreveu aspectos da economia, sobretudo, mineral. Narrou descobrimentos de jazidas e o início da exploração delas, embasado em registros sobre bandeirantes e sertanistas, dos quais Amaral pensou o relatório de Miguel Pereira da Costa e correspondências sobre as atividades de Pedro Barbosa Leal, Pedro Leolino Mariz e Antônio Carlos Pinto. Por falta de novos estudos com semelhante abrangência temporal e correspondente narrativa dos fatos, pela

densidade das informações que reúne e volume de documentos transcritos, essas memórias se mantiveram como referencial básico da investigação histórica na Bahia, que mereceria uma reedição crítica, para melhor atender à demanda da nova pesquisa historiográfica.

O tenente-coronel da Polícia Militar da Bahia, Durval Vieira de Aguiar fora designado pelo Governo Provincial, em finais do século XIX, para inspecionar os destacamentos policiais do interior. Na desincumbência dessa tarefa percorreu o território baiano, anotou dados de cada município, que os publicou em sequenciados artigos no Diário da Bahia e, posteriormente, os reuniu em livro (AGUIAR, 1979). Esse quase dicionário de municípios baianos, de narrativa simples e direta, além das informações político-administrativas, indica distâncias entre cidades, vilas e povoados, apresenta manifestações culturais, vida social e atividades econômicas, como um banco de dados, ao qual Euclides da Cunha recorreu na elaboração de “Os sertões” (1902) e Gilberto Freyre, em algumas de suas obras.

Entre os primeiros registros históricos sobre a Chapada Diamantina, encontram-se as elaborações de Gonçalo de Athayde Pereira,<sup>xiv</sup>, também no paradigma da descrição geográfica associada à crônica histórica, tal como praticado pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que expressava a percepção clássica da história, fundamentada mais no espaço que no tempo de ocorrência do fenômeno abordado e exprimia a necessidade de definição de uma identidade nativa. Este modelo descritivo de memória histórica, sem os recursos da interpretação, apoiava-se na plasticidade paisagística para romantizar o discurso cívico-ufanista, exemplar e atemporal. Através destes recursos, produziavam-se versões extraordinárias e paradigmáticas de conduta moral, narrativas apoteóticas e escopos ideológicos, desprovidos de reflexão crítica e resistentes a inovações, que confundiam história, memória e tradição, sem distinguir passado e presente, porém, com o futuro sob o controle e identificado como continuidade desta sequência de experiências sociais, atribuídas a indivíduos mitificados.

Fiel ao estilo histórico-descritivo do IGHB, Athayde Pereira se expressou com excessiva modéstia, nem sempre coerente com outras manifestações suas sobre as próprias obras e o suposto alcance historiográfico e literário delas; exprimiu compromissos com a verdade, quase em forma de juramento, como se o que escrevera estivesse posto em dúvida e recorreu a várias testemunhas para atestar a veracidade dos seus argumentos; descreveu fenômenos hidrográficos, topográficos, da flora e da fauna, produtos comercializados, etc., mas pouco informou sobre quantidades, preços e séries, numa evidência de que recorrera a

informantes orais, geralmente fornecedores de dados circunstanciais, apresentados generalizadamente; ufanou-se das paisagens, da qualidade do que se produzia e da abundância e fausto no consumo. Ao apresentar os textos que pretendia históricos, narrou fatos sensacionais e acontecimentos momentâneos, sem contextualização histórica. Exaltou méritos pessoais e acertos políticos de governantes, independente de vinculação partidária, sem qualquer avaliação crítica. Não aludiu a adversários e desafetos, nem emitiu opinião contrária às conveniências do poder, cujos ocupantes ele apresentou, indistintamente, como probos, competentes e laboriosos, num estilo monótono, típico de panegíricos.<sup>xv</sup> Tentou, portanto, apresentar uma sociedade sem contradições nem conflitos, que viveria, produziria e consumiria harmoniosamente.

De modo semelhante, na memória histórico-descritiva do seu município natal (Condeúba), Tranquilino Torres<sup>xvi</sup> apresentou-se como o menos competente e suplicou benevolência na avaliação da sua crônica, dividida em três partes: a “geografia”, na qual apresentou aspectos de topografia, hidrografia, clima, flora e fauna; a “história eclesiástica”, em estilo providencialista, que pendia para o platonismo e vislumbrava um suceder histórico associado ao da teologia, e se ocupou com minudências do cotidiano de instituições da igreja; e a “história civil”, com o relato da criação do município de Santo Antônio da Barra, desmembrado de Caetité, em 1860, a instituição da comarca em 1880, cuja sede, nessa oportunidade se elevou à categoria de cidade com a denominação de Condeúba. Os terrenos do município produziram todos os gêneros adaptáveis ao clima tropical. Ali se criariam, castigados pelas secas periódicas, expressivos rebanhos bovinos, equinos, suínos, ovinos e caprinos. Lamentou que, no final de século XIX, quando elaborou o estudo, a máquina de costura substituía rodas de fiar e fusos artesanais e o *crochet* fazia o bordado perder utilidade. A maioria da população era analfabeta, fato confirmado pelo recenseamento geral de 1872, que registrou 19.469 (92,61%) analfabetos em 21.023 habitantes. Apenas 7,39% liam e escreviam, ainda que precariamente. Numa narrativa com a presunção da verdade, Torres negou a existência de povos indígenas no município e, por conseguinte, em toda a região. Teriam desaparecido “sem deixarem o menor vestígio”, após a conquista do território dos botocudos e outros povos seus vizinhos, em 1805, por João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa. Talvez disfarçasse a própria mestiçagem. E numa evidente incoerência, em páginas adiante admitiu o “conhecimento de aldeias de índios mansos no pé da serra, na Vitipoca”, proximidades do riacho da Ressaca.

No já citado estudo do município da Vitória (da Conquista), Tranquilino Torres descreveu, os “aspectos gerais”, com indicação de limites e descrição de ramificações da cordilheira do Espinhaço (serras do Gongogi e dos Aimorés), cursos d’água e outros mananciais, salubridade (não sofrera a *cholera morbus*, em 1855, embora a varíola fizesse vítimas em 1883). A temperatura declinaria a 10 graus centígrados entre abril e agosto, quando a “chuva miúda” cobria a região durante 12 horas diárias. Depois de divagar sobre minérios, teceu apologia das reservas madeireiras. Apenas do tronco de um vinhático que 12 homens não o abarcariam, tirado no Bem Querer, se fizeram “todas as peças para janelas e portas da igreja matriz”. Discorreu sobre a fauna, inclusive de insetos, tudo também narrado com notório exagero. Ao descrever a cruenta conquista territorial, Torres qualificou a história da Vila da Vitória como “das mais edificantes da Bahia”. No início do século XVIII, os mongoiós habitavam a área onde se assentou o núcleo populacional colonizador e se transferiram para Verruga (Itambé); os pataxós, considerados botocudos, nas margens do Catulés Grande e Riacho d’Água, com aldeamento em Mangerona; os cutoxós teriam se dispersado e dedicado ao saque de povoações colonizadoras. De modo fantasioso e místico Torres narrou os combates entre indígenas e colonizadores, sempre vantajosos para o minoritário grupo atacante de Silva Guimarães e Gonçalves da Costa.

De modo idêntico, Tranquilino Torres abordou o município de Poções, em texto também já citado. Ressaltou que a vila fora criada por Timóteo Gonçalves da Costa e seus filhos Bernardo e Roberto Gonçalves da Costa, após disputa jurídica das terras compradas de Bento Garcia Leal, com os “fidalgos de Portugal” (Saldanha da Gama da Casa da Ponte). No povoado de Boca do Mato (Boa Nova) o coronel João Gonçalves da Costa encontrara homiziado, “em completa selvageria”, André da Rocha, antigo escrivão de Rio de Contas, que anos antes incendiara o seu cartório.

Nesse mesmo estilo o professor de história, Pedro Celestino da Silva, da Escola Normal de Caetité, escreveu uma crônica histórica local (SILVA, 1932, p. 93-294), com recursos de fontes primárias, informações orais e apoio em João Ribeiro, Theodoro Sampaio, Felisbello Freire, Afonso Costa, e outros. Fundamentado no paradigma descritivo do IGHB iniciou seu estudo pela “origem do povoamento”, com abordagem da evolução social e política, e informações de aspectos físicos e “riquezas naturais”. Em seguida dedicou-se à “situação econômica” para descrever finanças, demografia, serviços públicos, vida social, cotidiano cultural e núcleos de povoamento. Finalmente, discorreu sobre “fatos e homens”,



com abordagens de monumentos, usos e costumes, êxodo rural, estações secas e chuvosas, vaquejadas e o que qualificou de “caetiteenses ilustres”, dos quais apresentou súmulas bibliográficas.

Celestino da Silva ponderou que o povoamento colonizador regional tivera no rio São Francisco o caminho da ocupação territorial e fator estimulante da evolução social e política. Recordou as aventuras bandeirantes e sertanistas baianos e paulistas, desde a segunda metade do século XVI, incrementada no XVII, com auge no XVIII, quando a pecuária e a mineração impulsionaram a ocupação dos sertões. Numa evidente influência de Francisco Borges de Barros, atribuiu a colonização do São Francisco à “ação decisiva das Casas da Torre e da Ponte”, sem localizar a expansão pecuarista dos d’Ávila da Casa da Torre de Tatuapara ao norte da Bahia, no sertão de Pambu, de onde atravessaram o São Francisco, ocuparam o território pernambucano, entre os riachos do Navio e da Brígida, e avançaram com suas boiadas para o sul do Piauí, Maranhão Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Também não localizou com precisão os conhecidos domínios fundiários de Antônio Guedes de Brito, seus arrendatários e sucessores.

Ressalte-se que a Casa da Ponte somente chegaria à América portuguesa quase um século depois que Antônio Guedes de Brito avançou com suas boiadas de Jacobina e Morro do Chapéu, e se apropriou da margem direita do São Francisco e seus afluentes, até os rios das Velhas e Jequitinhonha. A titularidade dessas terras transferiu-se, em consequência do casamento da sua neta e única herdeira, Joana da Silva Guedes de Brito, para o nobre português Manoel de Saldanha da Gama que, depois de viúvo, constituiu nova família em Portugal, cujo primogênito recebeu da linhagem materna a herança do título de conde da Ponte e da paterna, o morgado e capelas dos Guedes de Brito e parte das suas terras no Brasil. Posteriormente ele adquiriu os quinhões dos irmãos, de modo que assumiu a posse do que restava dos antigos domínios fundiários de Antônio Guedes de Brito, herdados pelo seu pai no final do século XVIII, tudo comercializado no início do seguinte, por ele e seus herdeiros.

Celestino da Silva assumiu o discurso de colonizador de Borges de Barros, sem dar conta de que já se passara mais de um século da Independência do Brasil. Atribuiu a sertanistas, como Mathias Cardoso de Almeida e Antônio Guedes de Brito, o domínio do gentio, o combate aos desatinos e o restabelecimento da ordem pública nos sertões, sem revelar qualquer noção do que representavam esses homens e seus sucessores no jogo de interesses da ocupação econômica dos sertões, na conjuntura de descobertas das minas de rio

das Velhas, na instituição da capitania de Minas Gerais e na Guerra dos Emboabas. Ressaltou os desempenhos de Pedro Barbosa Leal e Pedro Leolino Mariz na repressão ao gentio reagente à ocupação dos seus territórios. Ao se reportar à obra de Antonil, a mais recorrente na historiografia da Bahia e do semiárido, ressaltou como geralmente se fazem, as extensões estimadas pelo jesuíta, de 260 léguas de terras da Casa da Torre e 160 dos herdeiros (embora deixasse apenas uma filha) de Antônio Guedes de Brito, entre Morro do Chapéu e o rio das Velhas. Curiosa a localização que ele atribuiu a Morro do Chapéu: distanciar-se-ia dois quilômetros da cidade de Jacaraci, na serra Geral, limites de Minas Gerais. Talvez ela não soubesse que também no distrito de Canabrava dos Caldeiras havia uma fazenda com esta mesma denominação e nem chegou a raciocinar sobre a extensão das terras apropriadas por Guedes de Brito.

Na perspectiva de comprovação documental da verdade histórica, Pedro Celestino da Silva transcreveu na íntegra o “Auto de criação da Villa Nova do Príncipe e Santa Anna de Caitaté”, o “Termo de quando se levantou o Pelourinho” e o “Termo do estabelecimento das rendas da comarca e posturas della”. Por serem as terras restituídas ao patrimônio da Coroa Portuguesa, por Alvará de 5 de outubro de 1759, tomaram como ponto central o pelourinho e demarcaram “meia légua em quadro”, para o tradicional “rossio”, reservado para as edificações de moradias e para os moradores servirem-se de lenha e plantarem hortas. Não haveria feiras semanais, a população se abasteceria diretamente nas fazendas. Sem declinar nomes, afiançou que viviam na vila “ricos mercadores mineiros que faziam o tráfico de escravos”, “joalheiros franceses” e “perseguidos políticos”. Registre-se que uma crônica embasada na oralidade (SANTOS, 1995) reportou-se a Domingos Gomes de Azevedo e sua família, como migrantes de Minas Gerais, em consequência da repressão ao movimento emancipacionista de Vila Rica. Depois de informar limites, superfície, “posição astronômica”, clima, pluviosidade, relevo, solo, hidrografia e riquezas naturais, através de citações de José da Silva Lisboa, José de Sá Bittencourt e von Martius, procurou demonstrar as potencialidades da cultura do algodão em Caetité, enviado, depois de descaroçados, em bruacas, para Cachoeira, onde o ensacavam e o remetiam para a “Cidade da Bahia”. Do sertão de Caetité, “atravessadores” remeteriam “anualmente para a Bahia (Salvador), mais de mil animais com cargas”, um volume aproximado ao correspondente a 10 toneladas do produto.

Na historiografia sobre os sertões da Bahia de final do século XIX e início do seguinte, sobressaem-se os estudos da expansão territorial e ocupação fundiária de Capistrano de

Abreu,<sup>xvii</sup> Felisbello Freire,<sup>xviii</sup> Basílio de Magalhães,<sup>xix</sup> Urbino Viana,<sup>xx</sup> Pedro Calmon.<sup>xxi</sup> Dessa época, também se destacam os estudos de Braz Hermenegildo do Amaral (1861-1949),<sup>xxii</sup> mais dedicados ao heroísmo baiano na Guerra de Independência na Bahia e aos lamentos pelo golpe de estado que instituiu o regime republicano, sempre com enfoque preferencial em Salvador e Recôncavo e pouca atenção para à participação dos sertões.

A história colonial brasileira fora “uma mal disfarçada” história de Portugal, “pouco elucidativa em relação a nós mesmos”, até quando João Capistrano de Abreu (1853-1927) definira os contornos de uma concepção indianista, ao estudar os caminhos do povoamento dos sertões. Sua obra, que se caracteriza pela frequente descrição de documentos ou de estudos anteriores, privilegiara o indígena por um lado e, por outro, alinhara-se a correntes de pensamento, como “positivismo, spencerismo e teorias raciais” (ODÁLIA, 1997, p. 11-24). Ao discutir ideias de Leopold von Ranke, um dos expoentes dessa tendência ideológica, Adam Schaff (1979, p. 101-102) atribuiu-lhe a função de “atestar que o conhecimento histórico é possível como reflexo fiel, puro de todo o fator subjetivo, dos fatos do passado” e definiu a história como “uma projeção do pensamento e dos interesses presentes sobre o passado”. Nenhuma interferência existiria “entre o sujeito que conhece” (historiador) “e o objeto do conhecimento” (a história).

Fundamentado na ideia da história verdadeira, posteriormente combatida através da concepção caracterizada pela subjetividade, em “Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil”,<sup>xxiii</sup> cuja versão original publicou no “Jornal do Commercio”, em 1899, Capistrano de Abreu opinou sobre vários aspectos da história do Brasil colônia, desde o malogro do sistema colonial de capitanias hereditárias no século XVI aos sucessos da mineração no XVIII, para registrar que, na proporção do avanço colonizador pela margem baiana do São Francisco, tornavam-se maiores as distâncias entre as fazendas pecuaristas e o mercado litorâneo de gado, a feira de Capoame (Dias d’Ávila/Camaçari). A condução de boiadas pela margem do rio São Francisco abaixo ficara “mais penosa e demorada; impunha-se a serventia de caminho mais rápido”. Baseado em Martinho de Nantes (NANTES, 1979), indicou “três pontos de passagem” da primeira via boiadeira do sertão da Bahia: aldeia de Canabrava (Pombal), na vertente do Itapicuru; Jeremoabo, no rio Vasa Barris; e abaixo das ilhas de Pambu e Uacapará, no canal do São Francisco. Na proporção que o gado subia o grande rio do semiárido, “impunha-se a criação de novos caminhos, os de Jacobina, Itapicuru e outros”, trilhas

sinuosas para evitar as matas onde o gado não encontrava o quê comer, serras com desfiladeiros perigosos e caatingas secas.

A conquista e a ocupação econômica dos sertões da Bahia seriam resultado de reação às hostilidades tapuias em Capanema, Aporá, Itaporocas e as bandeiras, definidas como “partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena”, cuja denominação proviera “talvez do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra”. Na margem direita do São Francisco habitavam “numerosas tribos indígenas”, a maioria do tronco cariri, “algumas caribas, como os Pimenteiras, e até tupis, como os Amoipiras”. Houvera guerras contra estes povos por não cederem “pacificamente as suas terras, ou por pretenderem desfrutar os gados contra vontade dos donos.”<sup>xxiv</sup>

O médico e político sergipano Felisbello Freire (1858-1916)<sup>xxv</sup> anunciou a elaboração de uma “História Territorial do Brasil”, da qual produziu apenas o primeiro volume, com a reunião de dados de sesmarias, colonização e povoamento dos sertões, estabelecimento da Bahia, Sergipe e Espírito Santo. Embora se ativesse apenas à apresentação e descrição de documentos, publicados também no essencial, sua obra configura um amplo banco de dados da apropriação fundiária colonial, ocupação econômica e povoamento dos sertões. Freire publicou os registros da distribuição de sesmarias<sup>xxvi</sup> e da ocupação econômica do sertão, enfim, da história agrária colonial, cuja documentação original desapareceu com o tempo ou se deteriorou em consequência das condições inadequadas de conservação. Em estilo de crônica histórica descreveu três séculos de ação colonizadora, povoamento, expedições ao sertão, atividades missionárias, domínios fundiários particulares e públicos, criação de vilas e narrativas de fatos como as fusões das capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro à da Bahia e a instituição de circunscrições civis, judiciárias, eclesiásticas e militares.

As crônicas históricas sobre a ocupação dos sertões dedicaram maior atenção à cronologia dos acontecimentos e se ocuparam mais com relações nominais de agentes históricos. Não ressaltaram obras sobre as expedições exploradoras destacadas pela historiografia produzida no final do século XIX e início do XX, na qual sobressaiu a ampla série de Affonso de Escagnolle Taunay (1876-1958),<sup>xxvii</sup> sobre as bandeiras paulistas que, além de reafirmarem a hegemonia econômica de São Paulo, resvalam para o campo da literatura. Entretanto, o mineiro Basílio de Magalhães (1874-1957), sem abandonar totalmente o estilo da tradicional crônica, mas, com o exercício de recursos da investigação histórica

apresentou, no I Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1914, o estudo “Expansão geográfica do Brasil colonial” que, depois de revisto e ampliado, se transformou no livro antes referido.

Apoiado na concepção de história como um movimento cíclico, numa adaptação do recurso usado para explicar o desenvolvimento da economia capitalista, que evoluiria de um apogeu para um estágio de declínio, deste para uma crise, seguida de uma recuperação e, ao alcançar novamente outro apogeu, reiniciaria novo ciclo, num permanente recomeçar. Essa teoria originou-se da obra de Clément Juglar (1819-1905), *Des crises commerciales et de leur retour périodique en France, en Angleterre et aux États-Unis* (1862), que esboçou o primeiro ciclo observado, com duração de oito a onze anos. Um estudo da evolução de preços proporcionou ao inglês Joseph Kitchin (1861-1932) a formulação de um ciclo de desenvolvimento, com duração aproximada de 42 a 54 meses; o economista russo Nikolai Dmitriyevich Kondratiev ou Kondratieff (1892-1938), elaborou, estatisticamente, o movimento cíclico das “ondas longas”, com algo em torno de 50 anos de duração, cujas flutuações de longo prazo seriam típicas da economia capitalista; o norte-americano Milton Abramowitz (1915-1958) transferiu o raciocínio da flutuação dos ciclos para o movimento dos estoques; outro norte-americano, Alvin Harvey Hansen (1887-1975) verificou, no estudo da construção, a estagnação em longo prazo. Baseado nos ciclos de expansão e recessão de Kondratieff, o francês François Simiand (1873-1935) elaborou a teoria do “quadro ciclo da história econômica”, com a sucessão alternada de um estágio de expansão e outro de recessão. De uma adaptação das teses de Simiand ao estudo do Antigo Regime, outro francês, Camille-Ernest Labrousse (1895-1988) tomou a evolução dos preços como paradigma e estabeleceu a teoria dos ciclos na história econômica (BURGUIÈRE, 1993, p. 139-141).

Essa perspectiva cíclica expandiu-se da história econômica para outras interdisciplinaridades da história, sem considerar a sua inadequação, pelo permanente repetir de circunstâncias. A obra de Basílio de Magalhães, que pode exemplificar essa inadaptabilidade do emprego de ciclos como sinonímia de tempos históricos, iniciou pela abordagem do que denominou de “ciclo das entradas”, identificadas como empreendimentos “oficiais”, entre 1504 e 1696, seguidos pelo que chamou de “ciclo das bandeiras” (1526-1700) ou “ciclo espontâneo da expansão geográfica do Brasil”, por se caracterizar pelas iniciativas pessoais, empreendimentos particulares, subdividido em um suposto “ciclo do ouro”, e outro “da caça ao índio”. No “ciclo sergipano” (1587-1590), Cristóvão de Barros se destacara na

conquista territorial. O “ciclo do gado”, de “expansão espontânea dentro da Linha de Tordesilhas” (1590-1690), desenvolvera-se “do sertão baiano e sergipano em direção ao ponto onde mais se acurva o curso São Francisco”, de onde se estendeu para o ocidente de Pernambuco e cabeceiras do Parnaíba. Baseado em Teodoro Sampaio, Magalhães tentou explicar a expansão brasileira através de fatores ambientais, étnicos e sociais. A navegabilidade de cursos d’água facilitara a ultrapassagem do meridiano de Tordesilhas. A ocupação da Amazônia, no século XVII, expandira a conquista territorial para fora da linha de Tordesilhas. No século XVIII, a expansão geográfica do Brasil se completara com a conquista e povoamento de Mato Grosso e Goiás.

Sobre os sertões da Bahia, Magalhães registrou a descoberta de ouro, em 1701 ou 1702, nas serras de Jacobina, por Damião Cosme de Faria, Manuel do Rego Pereira e João Pereira Pimentel e na localidade Mato Grosso, alto da Serra da Tromba, nascentes do rio de Contas, por Sebastião Pinheiro Raposo, Antônio Raposo e Antônio de Almeida Lara, em 1722. Ressalte-se que o relatório do mestre de campo dos engenheiros Miguel Pereira da Costa,<sup>xxviii</sup> concluído em 15 de fevereiro de 1721, não informa quando Pinheiro Raposo encontrara as jazidas de ouro do rio de Contas, apenas que, em 1720 já se garimpavam nelas mais de duas mil pessoas. Com mais flexibilidade, Pandiá Calógeras (CALÓGERAS, 1938, 71) datou as descobertas das jazidas do rio de Contas de 1718 ou 1719. Magalhães informou que “em 1727, foram criadas as Casas de Fundação de Jacobina e das Minas do Rio de Contas”, entretanto, nada consignou sobre suas instalações e apensou no final do livro os roteiros de Joaquim Quaresma Delgado.<sup>xxix</sup>

Também sem abandonar o estilo da crônica, embora exercitasse recursos da investigação histórica, no final da República Velha, Urbino de Sousa Vianna (VIANNA, 1935) esboçou um panorama geral da colonização, em obra já citada, dedicada à ocupação e povoamento dos sertões de Minas Gerais e da Bahia, sobretudo, do médio São Francisco, apoiado acriticamente, em Capistrano de Abreu. Na sua avaliação o bandeirante e o sertanista que escravizavam indígenas e pesquisavam ouro, constituíram-se em “fator antropogeográfico” que abriu o caminho, delimitara a apropriação fundiária e definira os estabelecimentos de núcleos populacionais. Seu estudo contém méritos, sobretudo, no volume de informações apresentadas e na tentativa de interpretar os fatos narrados. Entretanto, equivocou-se ao reproduzir, sem críticas, conhecidas invencionices de Francisco Borges de Barros, veiculadas pelos primeiros Anais de Arquivo Público (e Museu) do Estado da Bahia e

em livros, que tanto distorceram a história da Bahia. Também vislumbrou a história pela perspectiva cíclica, sem qualquer discussão, como se fosse um conceito universalmente aceito. Vianna também reproduziu os roteiros de Joaquim Quaresma Delgado, mas, diferente de Magalhães, teceu-lhes comentários. Ressaltou “os bons serviços de bandeirantes paulistas na repressão aos índios sublevados”. Baseado na já citada obra de Taunay, narrou triunfalmente as jornadas bélicas do século XVII. A “bugrada” tivera que se submeter: “dezenas de aldeias foram queimadas”, “inúmeros os mortos, os escapos reduzidos à escravidão”. Embora não apresentasse fatos, reportou-se ao “combate de negros aquilombados, mamelucos e bandidos espalhados pelo interior da Bahia”, que infestariam as estradas, atacariam as fazendas, roubariam gado e sobressaltariam as populações. Recorreu ao relatório do mestre de campo Miguel Pereira da Costa, para relatar as minas auríferas das nascentes do rio de Contas, e no estilo de velhas crônicas, narrou conflitos entre potentados locais em vários municípios sertanejos.

Na década de 1920, a intelectualidade paulista, ao se deparar com a possibilidade de São Paulo perder a hegemonia política, ameaçada pela crise da economia agroexportadora, em consequência da superprodução cafeeira, procurou afirmar a sua preeminência cultural sobre as outras unidades federativas, com estudos sobre bandeirantes, apresentados como símbolos de coragem e bravura, heróis da conquista territorial dos sertões e da expansão das fronteiras nacionais. Os resultados desses estudos repercutiram nacionalmente e provocaram algumas reações, ainda que sutis, na Bahia. Nessa conjuntura intelectual Pedro Calmon [Moniz de Bittencourt] (1902-1985) publicou uma tese de concurso com enfoque nas bandeiras baianas (CALMON, 1929), em estilo erudito e linguagem empolada, que pouco se afastou do ponto de vista dos paulistas sobre o desempenho bandeirante nos sertões coloniais, além de revelar implicitamente a sua concepção apologética e ufanista de história. O que denominou de “bandeirismo” seriam “empresas de mato e guerra, destinadas ao descobrimento de minas e conquista dos sertões”, cujas menores se denominariam “entradas”.

Coerente com a sua implícita proposição metodológica, do mesmo modo que Magalhães e Vianna, Calmon ignorou as ações de bandoleiros sertanejos como os irmãos Mucunãs em Rio de Contas e adjacências, Leolino Pinheiro Canguçu em Bom Jesus dos Meiras e vizinhanças; proselitismos messiânicos como os de Antônio Mendes Maciel, o Conselheiro no sertão de Canudos e de Pedro Batista em Santa Brígida; o poder oligárquico local para-militarizado como assumiram os coronéis Horácio de Matos na Chapada

Diamantina, Franklin Lins de Albuquerque no Médio São Francisco. Numa postura magnânima preferiu associar a história à fisiografia, cuja articulação enfatiza mais a sensível plasticidade paisagística e desperta maior interesse pelas tradições aristocráticas, que lhe juntar à economia, numa articulação capaz de revelar diferenças, desigualdades e heterogeneidades. Recorreu a correspondências de governantes e de religiosos, para caracterizar as bases da formação sociocultural brasileira por degredados. Relatou que o primeiro governador geral, Tomé de Souza, trouxera 400 condenados e mulheres “erradas”; “até do clero viera a escória”. Teriam transportado “para o verde exílio da terra nova, o presidiário”, o “judeu traficante” e o “aventureiro fidalgo”, “que se arruinaram em guerras” ou por serem “filhos segundos deserdados”.

Calmon estereotipou o bandeirante no “colono plebeu e solerte”, cujo comando caberia a um “cavaleiro”, de “maior percentagem de sangue germânico”. A tropa compunha-se de indivíduos “robusto, amulatado” pelo sol ou pela mestiçagem, que protegeriam o peito com uma loriga, um casacão militar de sola ou grosseira malha dos teares coloniais, calção soriano, botas altas, de cano bordado, e sob o gibão, a espada e a escopeta de carga dupla. Uma indumentária demasiada e fantasiosa para se locomover nas caatingas semiáridas. Seu protótipo de bandeirante aproxima-se mais da idealização de um nobre cavaleiro medieval, que um rude explorador dos sertões. Para palmilhar os costumeiros milhares de quilômetros percorridos pelas bandeiras, necessitar-se-ia de intransportável estoque de botas. Embasado em Gabriel Soares, Azpilcueta Navarro, Pero de Magalhães Gandavo, Frei Vicente do Salvador e outros, descreveu 16 expedições que tentaram ocupar o interior. Ao identificar os comandantes, destacou os d’Ávila da Casa da Torre de Tatuapara, cuja apologia faria num estudo específico (CALMON, 1983). Calmon reportou-se às minas de prata, cuja existência não se comprovou, como descobertas por Belchior Dias Saraiva Moreira ou Moreia, o Moribeca, sobre as quais elaboraria posteriormente, uma obra de cunho literário (CALMON, 1950). A ocupação territorial se fizera com fazendas pecuaristas, que ele preferiu, com o recurso de uma sinédoque típica de crônicas coloniais, designar de “currais”. Apresentou o solar fortificado da família d’Ávila no litoral norte da Bahia, de “castelo de Tatuapara”. As lutas contra os holandeses teriam proporcionado o conhecimento e ocupação dos sertões, da Bahia ao Rio Grande do Norte.

Através de dados de cartas de sesmarias descritas por Felisbello Freire, Calmon apresentou a cronologia da conquista dos interiores, que descreveu como impraticável, até o



século XVII, em consequência da tenaz resistência indígena no litoral sul e apontou como causa da lenta ocupação econômica do sertão, a guerra aos holandeses, que impedira o governador geral castigar os povos indígenas rebelados, seus “perseverantes inimigos”, somente derrotados após várias expedições militares e os reforços de contingentes paulistas contratados. Esses conflitos, conhecidos como Guerra dos Bárbaros, foram mais sangrentos no Paraguaçu, no Jiquiriçá, em Boipeba e Cairu. Entre os senhores da Casa da Torre de Tatuapara destacara-se na conquista dos sertões, o coronel Francisco Dias d’Ávila no Maranhão, Piauí e sertões da Bahia. Em consequência de suas lutas sertanejas e descobertas de salitre, o governo mandara estabelecer as vilas da Barra do Rio Grande, Santa Rita do Rio Preto e Campo Largo, na margem esquerda do São Francisco, para defesa da fronteira oeste da capitania contra ataques dos “terríveis acroás”.

A vida social na Cidade da Bahia (Salvador) caracterizar-se-ia pela suposta riqueza, nem sempre comprovada nos inventários pós-morte, e luxos excessivos das famílias abastadas. Calmon usou intensivamente as fontes bibliográficas disponíveis e apresentou a produção anual de ouro de Jacobina e Rio de Contas, durante várias décadas do século XVIII, que passava pela Casa da Moeda da Bahia, fundada em 1694, fechada três anos depois e reaberta em 1717, em decorrência dessas extrações minerais. Apoiado em Borges de Barros, Basílio de Magalhães, Pandiá Calógeras, lembrou atividades de sertanistas como Pedro Leolino Mariz, Pedro Barbosa Leal, André da Rocha Pinto, Damasceno Coelho de Pinho, Manoel de Araújo Aragão, Antônio Veloso da Silva e outros alguns dos quais, com nomes truncados ou trocados. Calmon citou João Gonçalves da Costa como genro de João da Silva Guimarães, entretanto, o inventário de Matias João da Costa,<sup>xxx</sup> o apresenta casado com a sua filha Josefa Gonçalves.

A partir da década de 1930 a historiografia brasileira passou a orientar-se por novos modelos teóricos e metodológicos, definidos por três estudos paradigmáticos. No primeiro, Gilberto Freyre (1900-1987),<sup>xxx</sup> pautado na socioantropologia norte-americana de Simmel, Frans Boas e influenciado por postulados dos espanhóis Ganivert, Miguel de Unamuno, Pio Baroja, Ortega e Gasset, focalizou no período colonial a “formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal”. Elaborado numa conjuntura de transição e com a perspectiva da formação social brasileira pelo prisma pernambucano. Vislumbrou a casa-grande como o melhor cenário de expressão do perfil do brasileiro. Fundamentado teoricamente em Max Weber, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982)<sup>xxxii</sup> estudou a família como unidade básica

da organização social, introduziu na historiografia nacional o modelo explicativo da formação social brasileira. Caio Prado Júnior (1907-1986), inspirado em instrumental teórico de Karl Marx, recorreu aos recursos metodológicos através dos quais se pretende descobrir leis de funcionamento da sociedade, focalizou a relação entre classes sociais, na longa duração, e os fatos de maior repercussão numa perspectiva de totalidade histórica (PRADO JÚNIOR, 1973). Desse modo, procurou definir a colonização como um sistema fornecedor de produtos tropicais para os mercados europeus, administrado como uma continuação do Estado absolutista português. Pioneiro no instrumental teórico-metodológico da história econômica, com enfoques na estratificação social e nas relações de trabalho, Prado Júnior inseriu a ocupação e o povoamento do território conquistado por Portugal na América do Sul num amplo quadro, com antecedentes de três séculos de atividade colonizadora, desenvolvida por europeus, que integrara todos os continentes através de circuitos comerciais.

Nesse contexto histórico, a escravidão colonial não seria de natureza feudal nem capitalista, mas, peculiaridade de uma economia de transição ou particularidade dos movimentos de acumulação mercantil de capital; e a colonização do Novo Mundo, um encadeamento das relações de trabalho escravo, transpostas da África e submetidas a um senhorio agrário, articuladas no processo de produção de mercadorias para o comércio europeu. Em tais circunstâncias, a colonização da América significara a parte principal do primeiro momento do giro capitalista mundial que lhe sucederia.

Na Bahia, os primeiros sinais de inovação metodológica foram emitidos, entre 1930 e 1945, por um grupo de intelectuais e políticos autodenominado Autonomistas, que se opunham ao Estado Novo de Getúlio Vargas, dos quais se destacaram José Wanderley de Araújo Pinho (1890-1967),<sup>xxxiii</sup> Nestor Duarte Guimarães (1902-1970) (DUARTE, 1939) e Luiz Viana Filho (1908-1990).<sup>xxxiv</sup> Entretanto, na historiografia por eles produzida, ainda se evidenciam: o referenciar-se em documentos, a narrativa baseada no encadeamento de fatos, os marcos cronológicos definidos por acontecimentos políticos e, acentuadamente, a ausência de problematização de fontes e de temas (SILVA, 2000), características típicas da escrita da história do século XIX.

## Referências

AGUIAR, Durval Vieira de. *Província da Bahia*. 2. ed. (1. ed. 1888). Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

BURGUIÈRE, André (Org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CALMON, Pedro. *A conquista: história das bandeiras baianas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

\_\_\_\_\_. *O segredo das minas de prata*. Rio de Janeiro: A Noite, 1950.

\_\_\_\_\_. *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. 3. ed. 1. ed. (1940). Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil por sua legislação: geologia econômica do Brasil*. 2. ed., t. 3. São Paulo: Nacional, 1938.

CANABRAVA, Alice Piffer. Varnhagen, Martius e Capistrano. In: \_\_\_\_\_. *História econômica: Estudos e pesquisa*. São Paulo: Editora UNEP, 2005, p. 245-270.

DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional (contribuição à sociologia política brasileira)*. São Paulo: Nacional, 1939.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A historiografia em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976.

NANTES, Martinho de. *Relação de uma missão no rio São Francisco*. São Paulo Nacional; Brasília, INL, 1979.

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: EDUNESP, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo (colônia)*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973. 1. ed. 1942.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

SANTOS, Helena Lima. *Caetité, “pequenina e ilustre”*. 2. ed. Ampliada. (1. ed. 1976). Brumado: Tribuna do Sertão, 1995.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.

SILVA, Pedro Celestino da. *Notícias históricas e geográficas do município de Caetité*. *Revista do IGHB*. Salvador, n. 58, p. 93-294, 1932.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. Rev. e anot. Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. 10. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981 (3 v.).

VIANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas bahianos*. São Paulo: Nacional, 1935.

## NOTAS

<sup>i</sup> ANDREONI, João Antonio (André João Antonil). *Cultura e opulência do Brasil*. (Texto da edição de 1711). Introdução e vocabulário por A. P. Canabrava. São Paulo: Nacional, 1967; ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil*. (Texto confrontado com o da edição de 1711), com estudo bibliográfico de Affonso E. Taunay; nota bibliográfica de Fernando Sales; vocabulário e índices antroponímico, toponímico e de assuntos de Leonardo Arroyo. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1982; \_\_\_\_\_. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. (Introdução e notas de Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: EDUSP, 2007.

<sup>ii</sup> PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1976.

<sup>iii</sup> COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Discurso sobre o estado actual das minas do Brasil*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804; \_\_\_\_\_. *Analyse sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa da África*. Edição revista e acrescentada. Lisboa: Off. de João Rodrigues Neves, 1808; \_\_\_\_\_. *Ensaios economicos sobre o commercio de Portugal e suas colônias*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencia, 1816.

<sup>iv</sup> CASAL, Manuel Aires. *Corografia Brasileira* (ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil, prefácio de Mário G. Ferrari. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1976.

<sup>v</sup> Sobre o desempenho do IHGB, ver: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

<sup>vi</sup> Sobre a atuação do IGHB, ver: SILVA, Aldo José Moraes. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origens e estratégia de consolidação institucional (1894-1930)*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – UFBA, Salvador.

<sup>vii</sup> SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*. (1. ed. *Memórias Históricas da Bahia, 1835-1852*, 6 v.). 2. ed. anot. Brás do Amaral. Bahia [Salvador]: Imprensa Oficial do Estado, 1919-1940, 6 v.

<sup>viii</sup> TORRES, Tranquilino L. Memória histórica e descritiva do município de Condeúba. *Revista do IGHB*. Salvador, v. 2, n. 4, p. 105-125, 1895; v. 2, n. 5, p. 43-266, 1895; v. 3 n. 7, p. 3-24, 1896; v. 3, n. 8, p. 69-180, 1896; TORRES, Tranquilino. Município da Vitória. *Revista do IGHB*, Bahia, v. 4, n. 14, p. 530-545, 1897. TORRES, Tranquilino L. Município dos Poções (comarca da Conquista). *Revista do IGHB*. Salvador, v. 4, n. 20, p. 253-267, jul. 1899.

<sup>ix</sup> BURGUIÈRE, André (Org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 727-728.

<sup>x</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Phillipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, p. 390-411, jan. 1845. Reeditado em: *Ciência Hoje*. São Paulo, v. 13, n. 77, out./nov. 1991.

<sup>xi</sup> BURGUIÈRE, André (Org.). *Dicionário das ciências históricas...*, p. 387.

<sup>xii</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. Varnhagen, Martius e Capistrano. In: \_\_\_\_\_. *História econômica...*, 2005: 245-270.

<sup>xiii</sup> SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*. Bahia (Salvador): Tip. do Correio Mercantil, 1.º tomo, 1835; 2.º tomo, 1836; 3.º tomo, 1836; 4.º tomo, 1837; 5.º

tomo, 1843; Tip. de Carlos Poggetti, 6º tomo, 1852. 2º ed. organizada por Hipólito Cassiano de Miranda. Bahia (Salvador): (?), 1892. 3. ed, anot. Brás do Amaral. Bahia (Salvador): Imprensa Oficial do Estado, 1919-1940, 6 v.

<sup>xiv</sup> PEREIRA, Gonçalo de Athayde. *Memória histórica e descritiva do município de São João do Paraguaçu*. Bahia (Salvador): Litho-Typ. e Encadernação Reis & C., 1907; PEREIRA, Gonçalo de Athayde. *Memória histórica e descritiva do município de Lençoes (Lavras Diamantinas)*. Bahia (Salvador): A Bahia, 1910; PEREIRA, Gonçalo de Athayde. *Memória histórica e descritiva do município do Andarahy*. Bahia (Salvador): Imprensa Oficial do Estado, 1937.

<sup>xv</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. Narrativa e interpretação: da corografia à história regional e local. In: ARAÚJO, D. A.; NEVES, E. F.; SENNA, R. de S. *Bambúrrios e quimeras* (olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura). Feira de Santana: UEFS, 2002. (Com anotações sobre: PEREIRA, de Gonçalo de Athayde. *Memória histórica e descritiva do município de Lençoes, Lavras Diamantinas*). Bahia: A Bahia, 1910, p. 17-38.

<sup>xvi</sup> TORRES, Tranquilino L. *Memória histórica e descritiva do município de Condeúba...*

<sup>xvii</sup> ABREU, J. Capistrano. *Capítulos de história colonial: 1500-1800* (1. ed.1907). 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976; ABREU, J. Capistrano. *Capítulos de história colonial: 1500-1800* (1. ed.1907). 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

<sup>xviii</sup> FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil*. 1. ed. 1906. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

<sup>xix</sup> MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. (1. ed. 1915). 4. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

<sup>xx</sup> VIANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas baianos*. São Paulo: Nacional, 1935; ABREU, J. Capistrano. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. (1. ed. 1899) Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988.

<sup>xxi</sup> CALMON, Pedro. *A conquista: história das bandeiras baianas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

<sup>xxii</sup> AMARAL, Braz do. *A ação da Bahia na obra da Independência Nacional*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923; AMARAL, Braz do. *História da Bahia, do Império à República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923; AMARAL, Braz do. *História da Independência da Bahia*. 2. ed. (1. ed. 1923). Salvador: Progresso e Prefeitura Municipal, 1957; AMARAL, Braz do. *A conspiração republicana da Bahia de 1798*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927; AMARAL, Braz do. *Limites do Estado Bahia*. Salvador: Imp. Oficial, 1927.

<sup>xxiii</sup> Registre-se que numa nota sobre o significado da palavra “emboaba” (os não paulistas), Capistrano transferiu as minas de salitre exploradas por Pedro Leolino Mariz, nas serras de Monte Alto, na Bahia, para Montes Claros, Minas Gerais.

<sup>xxiv</sup> ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial: 1500-1800...*

<sup>xxv</sup> FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil...*

<sup>xxvi</sup> A Coordenação de Documentos Escritos do Arquivo Nacional publicou um catálogo geral das sesmarias distribuídas na Bahia em dois volumes, um dos quais com inventário analítico e outro com índices, onomástico e geográfico: BRASIL. Arquivo Nacional. *Fundo Sesmarias: índice onomástico e geográfico*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005; BRASIL. Arquivo Nacional. *Fundo Sesmarias: inventário analítico*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

<sup>xxvii</sup> TAUNAY, Afonso d'Escragnoille. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Typ. Ideal, 1924-1950 (11 volumes).

<sup>xxviii</sup> COSTA, Miguel Pereira da. “Relatório apresentado ao vice-rei Vasco Fernandes César, pelo mestre-de-campo de engenheiros Miguel Pereira da Costa, quando voltou da comissão em que fora ao districto das minas do Rio das Contas”. 15 fev. 1721. *Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 17, p. 37-59, abr. 1843. Ver edição com introdução e notas In:

NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (Org.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário, e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007, p. 25-58.

<sup>xxxix</sup> Ver: IHGB. Arquivo, 2. 4. 8. “Índex de Várias Notícias Pertencentes ao Estado do Brazil, e do que nelle Obrou o Exmo. Sr. Conde de Sabugoza no Tempo do seu Governo”, que contém: “Relação que fez Joaquim Quaresma Delgado dos Distritos e Distâncias que há das Minas do Rio de Contas ao Cítio de São Pedro da Moritiba, e das Cabeceiras do Rio Verde até a sua Barra, e dahy ao Arraial, Correndo o Ryo de São Francisco até a Barra do Paramirim”. Há várias publicações. Ver, por exemplo: NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (Org.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios comerciais dos Sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007, p. 59-125.

<sup>xxx</sup> APMRC, Inventários, 1757-1763. Inventário de Matias João da Costa, continuado com o de sua mulher Clara Gonçalves. “Sytio das Carnaybas” (nascente do rio das Rãs), 28 set. 1758, com testamento datado do “Sytio do Caeteté”, 27 mar. 1748.

<sup>xxxi</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Edição crítica, Guilherme Giucci, Enrique Rodríguez Larreta e Edson Nery da Fonseca (Coord.). Madrid; Barcelona; La Habana; Lisboa; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José: ALLCA XX, 2002.

<sup>xxxii</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Ed. rev., comemorativa 70 anos (1. ed. 1936). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>xxxiii</sup> PINHO, Wanderley de Araújo. *Política e políticos no Império: contribuições documentais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930; PINHO, Wanderley de Araújo. *Cotegipe e seu tempo; primeira fase, 1815-1867*. São Paulo: Nacional, 1937.

<sup>xxxiv</sup> VIANA FILHO, Luiz. *A Sabinada (a república baiana de 1837)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938; VIANA FILHO, Luiz. *O negro na Bahia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

---

### Sobre o autor

Erivaldo Fagundes Neves - Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2003), professor pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana. cursou Licenciatura em História na Universidade Católica do Salvador (1976), Especialização em Conteúdo e Métodos do Ensino Superior na Universidade Federal da Bahia (1977), Mestrado em História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1985) e com um ano de bolsa na Universidad de Salamanca (Espanha). Desenvolve pesquisas sobre os sertões da Bahia, escravidão na pecuária e nas policulturas do semiárido, História Agrária, Historiografia, Teoria e Metodologia da História.